

# *Conselho Municipal de Assistência Social*

## *CMAS*

Lei Federal n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1.993  
Lei Municipal n.º 11.252, de 20 de novembro de 1996

---

**Resolução CMAS n.º 02/2021 de 16 de setembro de 2021**

---

***Estabelecer critérios e prazos para a  
provisão de Benefícios Eventuais no  
âmbito da Política Pública de  
Assistência Social no Município de  
São Carlos.***

O **Conselho Municipal de Assistência Social** – CMAS de São Carlos, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 11.252 de 20 de novembro de 1996;

CONSIDERANDO que a provisão dos Benefícios Eventuais é um direito garantido em lei e de longo alcance social;

CONSIDERANDO que os benefícios eventuais da Assistência Social, previsto no artigo 22 da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, integram o conjunto de proteções da política de assistência social e neste sentido inserem-se no processo de garantia do acesso à proteção, ampliando e qualificando as ações protetivas;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007, que dispõe sobre os benefícios eventuais e define em seu artigo 9º que as “provisões relativas a programa, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação, integração nacional e das demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da Assistência Social”;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 212, de 19 de outubro de 2006, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que propõe critérios orientadores Conselho Estadual de Assistência Social para a regulamentação da provisão dos benefícios eventuais no âmbito da Política de Assistência Social;

CONSIDERANDO a Resolução – CNAS, nº 109 de 11 de novembro de 2009, que dispõe sobre a tipificação nacional de serviços socioassistenciais;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 39, de 09 de dezembro de 2010, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que dispõe sobre o processo de reordenamento dos benefícios eventuais no âmbito da Política de Assistência Social em relação a Política de Saúde;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.435, de 06 de julho de 2011, que versa sobre a responsabilidade pela regulamentação dos benefícios eventuais em seu artigo 22, § 1º;

CONSIDERANDO o artigo 6º da Resolução CNAS nº 12, de 11 de junho de 2013, que aprova os parâmetros e critérios para transferência de recursos do cofinanciamento federal para a oferta do serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e dá outras providências;

# *Conselho Municipal de Assistência Social*

## *CMAS*

Lei Federal n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1.993  
Lei Municipal n.º 11.252, de 20 de novembro de 1996

---

CONSIDERANDO o resultado dos estudos sobre os critérios de provisão e cofinanciamento dos benefícios eventuais, realizados pelo Grupo de Trabalho instituído pela Deliberação CONSEAS/SP n.º 022, de 15 de outubro de 2019;

CONSIDERANDO a Deliberação CONSEAS N.º 029, de 10 de dezembro de 2019, que estabelece critérios orientadores para a provisão e o cofinanciamento dos benefícios eventuais, no âmbito da política de assistência social, no estado de São Paulo;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal n.º 164/2007, que trata dos serviços praticados nos cemitérios municipais, em seu art. 4º;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios orientadores para a provisão dos benefícios eventuais, no âmbito da Política de Assistência Social, no Município de São Carlos,

### RESOLVE:

**Art.1º** Os benefícios eventuais consistem em uma modalidade de provisão da proteção social de caráter suplementar e provisório que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, sendo fundamentada nos princípios de cidadania e dignidade da pessoa humana e prestada aos cidadãos e às famílias em razão de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

**§1º** Os benefícios eventuais destinam-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

**§2º** Para fins de provisão de benefícios eventuais, deve-se considerar Família o núcleo básico, vinculado por laços sanguíneos, de aliança ou afinidade, circunscrito a obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração, gênero e homoafetiva, que vivam sob o mesmo teto, bem como, o núcleo social unipessoal.

**Art.2º** A provisão de Benefícios Eventuais deve atender aos seguintes princípios:

- I.** Integração à rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas;
- II.** Constituição de provisão certa para enfrentar com agilidade e presteza eventos incertos;
- III.** Proibição de subordinação a contribuições prévias e de vinculação a contrapartidas;
- IV.** Adoção de critérios de elegibilidade em consonância com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS
- V.** Garantia de qualidade e prontidão de respostas aos usuários, bem como de espaços para manifestação e defesa de seus direitos;

# *Conselho Municipal de Assistência Social*

## *CMAS*

Lei Federal n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1.993  
Lei Municipal n.º 11.252, de 20 de novembro de 1996

**VI.** Garantia de igualdade de condições no acesso às informações e à fruição do benefício eventual;

**VII.** Afirmação dos benefícios eventuais como direito relativo à cidadania;

**VIII.** Ampla divulgação dos critérios para a sua provisão; e

**IX.** Desvinculação de comprovações complexas e vexatórias de pobreza, que estigmatizam os benefícios, os beneficiários e a política de assistência social.

**Art.3º** Os profissionais de nível superior das equipes de referência dos serviços socioassistenciais são responsáveis pela provisão dos benefícios eventuais.

**Art.4º** O Cadastro Único pode ser utilizado para fins de elegibilidade da prestação de benefícios eventuais, respeitada a supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.

**Parágrafo Único** - Caso o beneficiário não esteja inscrito no CadÚnico sua inclusão deve ser providenciada logo após a provisão dos benefícios eventuais.

**Art.5º** Os profissionais de nível superior das equipes de referência devem identificar a necessidade de inclusão das famílias e/ou indivíduos no processo de acompanhamento familiar logo após a provisão dos benefícios eventuais.

**Parágrafo Único** - Em conformidade com o Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do SUAS, o acompanhamento familiar de que trata o caput é definido como um conjunto de intervenções desenvolvidas em serviços continuados, com objetivos estabelecidos, que possibilita à família a reflexão sobre sua realidade, a construção de novos projetos de vida e a transformação de suas relações, sejam elas familiares ou comunitárias.

**Art.6º** O tempo de provisão dos benefícios eventuais deve ser avaliado pelos profissionais de nível superior das equipes de referência dos serviços socioassistenciais tipificados, aos quais o beneficiário e/ou a família são acompanhados, devendo ser observadas as articulações, os encaminhamentos e/ou as ações setoriais e intersetoriais realizadas no âmbito do município.

**Art.7º** A oferta dos benefícios eventuais deve estar integrada a todos os serviços socioassistenciais tipificados nacionalmente, conforme a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009.

**Art.8º** São modalidades de benefícios eventuais:

**I.** Benefício eventual por Situação de Nascimento;

**II.** Benefício eventual na Situação de Morte de membro familiar;

**III.** Benefício eventual na Situação de Vulnerabilidade Temporária;

**IV.** Benefício eventual em Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade pública.

### **BENEFÍCIO POR SITUAÇÃO DE NASCIMENTO**

**Art.9º** O benefício eventual por situação de nascimento constitui-se de uma prestação temporária, não contributiva, a ser provida para minimizar a vulnerabilidade provocada por nascimento de membro da família.

O Benefício por situação de nascimento deve ser ofertado à família em número igual ao de nascimentos ocorridos, deve considerar caso de gêmeos, trigêmeos e etc.

# *Conselho Municipal de Assistência Social*

## *CMAS*

Lei Federal n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1.993  
Lei Municipal n.º 11.252, de 20 de novembro de 1996

§1º Os bens materiais mencionados no caput deste artigo podem consistir em enxoval, incluindo itens de vestuário, utensílios para alimentação e de higiene de acordo com as prerrogativas e objetivos do SUAS, observada a qualidade que garanta a dignidade e o respeito dos beneficiários. Por esse motivo, o benefício por situação de nascimento não precisa se caracterizar somente por um tipo de provisão, cabendo à gestão local definir, de acordo com sua realidade, o tipo de oferta mais adequado.

§2º O benefício por situação de nascimento poderá ser solicitado a partir do 7º (sétimo) mês de gestação e/ou até 60 (sessenta) dias após o nascimento.

**Art.10º** São documentos recomendados para acesso às provisões por situação de nascimento:

- I. caderneta da gestante comprovando o tempo gestacional, se o benefício for solicitado antes do nascimento;
- II. certidão de nascimento se o benefício for requerido após o nascimento;
- III. no caso de natimorto, deverá apresentar certidão de óbito;
- IV. comprovante de residência;
- V. carteira de identidade e CPF do beneficiado;
- VI. documentação que comprove vínculo e cuidado, tais como termo de guarda.
- VII. certidão de óbito da mãe.

**Art.11º** Não constitui oferta do benefício eventual na situação de nascimento:

- a. Entrega de enxoval condicionada a participação em oficinas do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) ou grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) ou outras ações;
- b. Enxovais confeccionados pelas próprias famílias beneficiárias;
- c. Exame para teste de paternidade pelo DNA.

**Parágrafo único-** Para além da provisão do benefício eventual por situação de nascimento, as equipes do SUAS devem ficar atentas para sinais como reclusão/isolamento, privação de sono, violência intrafamiliar, entre outros, que poderão indicar necessidade de ação ágil.

### **BENEFÍCIO EVENTUAL NA SITUAÇÃO DE MORTE**

**Art.12º** O benefício eventual na situação de morte de membro familiar constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva, distinta nas formas de prestação de serviços e/ou bens materiais de acordo com a organização do município, visa não somente garantir funeral digno como também o enfrentamento de vulnerabilidades que surgem ou se intensificam após a morte de algum membro da família, principalmente quando o falecido(a) era o(a) provedor(a).

**Art.13º** O benefício eventual na situação de morte de membro familiar atende prioritariamente:

- I. A prestação de serviços, ou o seu custeio, de urna funerária, velório e sepultamento, incluindo transporte funerário, utilização de local para o culto religioso, isenção de taxas e colocação de placa de identificação, dentre outros serviços inerentes que garantam a dignidade e o respeito aos beneficiários.

20

# *Conselho Municipal de Assistência Social*

## *CMAS*

Lei Federal n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1.993  
Lei Municipal n.º 11.252, de 20 de novembro de 1996

**II.** A garantia do direito ao ressarcimento, no caso de ausência do benefício eventual no momento em que este se faz necessário.

**§1º** O benefício eventual na Situação de Morte de membro familiar é ofertado por meio da prestação de serviços de terceiros inerentes ao atendimento da demanda de serviços funerários e/ou acesso a isenção de taxas de serviços junto ao Cemitério Municipal.

**§2º** - Os serviços praticados nos cemitérios municipais previstos no item 3 do anexo 2 do Decreto Municipal nº 164/2007 conforme critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Obras Públicas, prevê em seu art. 4º a gratuidade mediante o estudo social familiar realizado por técnico de nível superior das equipes de referência dos serviços socioassistenciais da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social.

**§3º** O benefício eventual na Situação de Morte de membro familiar deverá ser solicitado a Funerária de Plantão através de preenchimento de requerimento específico, disponível na funerária, pode ser realizado por um integrante da família, pessoa autorizada mediante procuração, representante de instituição pública ou privada, ou outro órgão municipal que acompanhou, acolheu ou atendeu a pessoa antes de seu falecimento.

**§4º** No caso do benefício eventual por situação de morte, com particularidade de Translado do Corpo (ou traslado), a provisão dependerá não apenas do estudo social familiar como também de autorização específica mediante disponibilidade orçamentária.

**Art.14º** São documentos recomendados para a provisão do benefício na Situação de Morte de membro familiar:

**I.** Documento oficial com foto do falecido e do requerente;

**II.** Declaração e/ou Certidão de Óbito;

**III.** Comprovante de endereço residencial em nome do falecido ou de quem com ele comprovadamente residia (familiar, cuidador, instituição de longa permanência para idosos, etc);

**IV.** Boletim de ocorrência nos casos de impossibilidade dos incisos I e III.

**Parágrafo único-** No caso de pessoa não identificada ou que não apresente documento legal de identidade, caberá a Segurança Pública (delegacia ou serviço de polícia científica) os procedimentos que auxiliarão a confirmação da identidade do falecido. Apenas mediante identificação da pessoa falecida, poderá ser realizado estudo social familiar por técnico de nível superior das equipes de referências dos serviços socioassistenciais, e decorrente provimento do benefício eventual na situação de morte.

### **BENEFÍCIO EVENTUAL NA SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA**

**Art.15º** O benefício eventual na Situação de vulnerabilidade temporária configura-se numa situação em que o indivíduo ou sua família estão momentaneamente impossibilitados de lidar com o enfrentamento de situações específicas, cuja ocorrência impede ou fragiliza a manutenção daquele indivíduo, da unidade familiar ou limita a autonomia de seus membros e deve integrar-se à oferta dos serviços socioassistenciais e buscar o fortalecimento dos vínculos familiares e a inserção comunitária.

# *Conselho Municipal de Assistência Social*

## *CMAS*

Lei Federal n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1.993  
Lei Municipal n.º 11.252, de 20 de novembro de 1996

---

**Art.16º** A situação de vulnerabilidade temporária mencionados no caput deste artigo é caracterizada na normativa como riscos, perdas e danos vivenciados circunstancialmente, decorrentes de:

**I.** perda circunstancial ocasionada pela ruptura de vínculos familiares e comunitários;

**II.** processo de reintegração familiar e comunitária de crianças, adolescentes e famílias que se encontram em cumprimento de medida protetiva; pessoas idosas, pessoas com deficiência, crianças, adolescentes e mulheres em situação de violência ou em situação de rua;

**III.** ausência ou limitação de autonomia, de capacidade, de condições ou de meios próprios da família para prover as necessidades alimentares e nutricionais de seus membros;

**IV.** ausência de documentação civil básica;

**V.** ocorrência de violência no âmbito familiar;

**VI.** outras situações sociais que comprometam a sobrevivência familiar e comunitária;

**Art.17º** O benefício na situação de vulnerabilidade temporária para indivíduos e famílias subdivide-se nas seguintes modalidades:

**I.** Alimentação;

**II.** Documentação civil básica;

**III.** Domicílio;

**IV.** Transporte e

**V.** Provisões diversas

**Art.18º** As provisões nas situações de vulnerabilidade temporária serão ofertadas nas seguintes modalidades:

**I.** Alimento como Benefício Eventual será ofertado através de kits nutricionais e/ou cestas de alimentos e/ou recarga de gás de cozinha P13, podendo incluir variados e/ou outros tipos para sua provisão.

**II.** Documentação Civil Básica como Benefício Eventual será ofertado em verificada a situação de vulnerabilidade temporária e a impossibilidade de garantia de acesso gratuito, em tempo hábil, satisfatório à necessidade apresentada pelo indivíduo ou família, deverá ser realizado os encaminhamentos necessários para a sua provisão, podendo incluir fotos.

**III.** Domicílio como Benefício Eventual poderá ser ofertado através do benefício de Aluguel social e/ou provisão de estadia em hospedagem eventual/emergencial. A modalidade de aluguel social está estabelecida na Lei Municipal nº 16.014 de 02 de março de 2012.

**IV.** Transporte como Benefício Eventual poderá ser ofertado, nas situações que caracterizem vulnerabilidade temporária mediante estudo social familiar realizado por técnico de nível superior das equipes de referências dos serviços socioassistenciais.

**V.** Provisões diversas como Benefício Eventual poderão ser ofertadas mediante estudo social familiar realizado por técnico de nível superior das equipes de referências dos serviços socioassistenciais, já que o benefício em situação de vulnerabilidade temporária, pode reunir inúmeros e diversos eventos que comprometem as seguranças

# *Conselho Municipal de Assistência Social*

## *CMAS*

Lei Federal n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1.993  
Lei Municipal n.º 11.252, de 20 de novembro de 1996

sociais e a dignidade das famílias e indivíduos, requerendo, portanto, a proteção do Estado por meio de ações do SUAS.

**Art.19º** O Benefício eventual na situação de vulnerabilidade temporária é uma oferta relacionada à ocorrência de episódio atípico na vida do cidadão, um momento de instabilidade; não é, portanto, uma atenção em relação à vivência contínua de vulnerabilidade. Esta última situação requer ações mais ampliadas no campo da proteção social composto por bens, serviços, programas, projetos, benefícios e equipamentos de várias políticas públicas.

**Art.20º** Não se incluem na modalidade de benefício na Situação de Vulnerabilidade Temporária as provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios vinculados ao campo da saúde, da educação, da habitação, e das demais políticas públicas setoriais, tais como:

I. Órteses, próteses, aparelhos ortopédicos, fraldas, óculos, dentaduras, medicamentos, cadeiras de rodas, dietas especiais, lentes, armações e Tratamento Fora do Domicílio - TFD;

II. Uniformes e materiais escolares;

III. Pagamento de aluguel que não se caracterize como eventualidade;

**Parágrafo único-** O gestor municipal responsável pela Assistência Social deve se articular com os gestores das políticas públicas setoriais do município para criar condições de acesso aos usuários às respectivas provisões de que trata o caput deste artigo.

### **BENEFÍCIO EVENTUAL EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA E/OU ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA.**

**Art.21º** O benefício eventual em Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pública será ofertado em caráter provisório e suplementar de assistência social para garantir meios necessários à sobrevivência da família e do indivíduo, com o objetivo de assegurar a dignidade e a reconstrução da autonomia familiar e pessoal, não havendo uma oferta que seja específica para tais situações. Na maioria das vezes há um agravamento da situação de vulnerabilidade com a ocorrência da calamidade, mas podem ocorrer casos em que a família não estava vulnerável e a calamidade fez com que ela perdesse seus bens, ou visse destruído seu campo relacional. As distinções poderão ser identificadas mediante estudo social familiar realizado por técnico de nível superior das equipes de referências dos serviços socioassistenciais.

**§1º** - O gestor municipal de Assistência Social deve articular a provisão do benefício eventual em Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pública junto aos serviços socioassistenciais tipificados nacionalmente, prioritariamente ao serviço de proteção em situações de calamidade pública e de emergências, regulamentado pela Portaria MDS nº 90, de 3 de setembro de 2013.

**§2º** A situação de emergência caracteriza-se pela situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que implicam no comprometimento parcial da capacidade de resposta do poder público;

# *Conselho Municipal de Assistência Social*

## *CMAS*

Lei Federal n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1.993  
Lei Municipal n.º 11.252, de 20 de novembro de 1996

**§3º** O estado de calamidade pública caracteriza-se pelo reconhecimento do poder público de situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, pandemias, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à integridade ou à vida de seus integrantes e outras situações imprevistas ou decorrentes de caso fortuito.

**Art.22º** O benefício poderá ser ofertado através de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas, grau de complexidade do atendimento de vulnerabilidade, risco pessoal das famílias e indivíduos afetados, por já viverem em situação permanente de vulnerabilidade, poderão ter sua situação agravada por alguma ocorrência eventual.

**Art.23º** A atuação da política de Assistência Social junto as famílias e indivíduos afetados por situações de calamidades e emergências será estabelecida mediante estudo social realizado por técnico de nível superior das equipes de referências dos serviços socioassistenciais.

**Parágrafo único-** Os Benefícios Eventuais em situações de calamidades e emergências prestados as famílias ou indivíduos poderão contemplar as várias modalidades constantes nesta resolução, mediante estudo social realizado por técnico de nível superior das equipes de referências dos serviços socioassistenciais.

**Art.24º.** A provisão dos Benefícios Eventuais estará condicionada a existência de recursos financeiros, as despesas ocorrerão por dotações próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário, e através do cofinanciamento dos entes federados, por meio de transferências na modalidade fundo a fundo, nos termos da legislação vigente.

**Art. 25º** Os recursos financeiros para a execução dos benefícios eventuais definidos nesta Resolução ficarão alocados no Fundo Municipal de Assistência Social e serão disponibilizados de acordo com dotação orçamentária, previamente aprovada na Lei Orçamentária Anual.

**Art.26º** Compete a este Conselho Municipal de Assistência Social:


**I.** a fiscalização da aplicação e da eficiência dos recursos destinados aos benefícios eventuais; e

**II.** a propositura, sempre que necessário, de revisão da regulamentação municipal, da provisão e dos valores dos benefícios eventuais.

**Parágrafo único** - Quando houver irregularidades na aplicação dos recursos dos benefícios eventuais, o Conselho Municipal de Assistência Social deverá comunicar o Conselho Estadual de Assistência Social.

**Art.27º** Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Carlos, 16 de setembro de 2021.



**Maria Aparecida Pereira**  
Presidente do Conselho Municipal  
de Assistência Social São Carlos/SP